



## Coletânea da Jurisprudência

### Acórdão do Tribunal Geral (Oitava Secção) de 29 de março de 2023 — CIMV/Comissão

(Processo T-26/22)<sup>1</sup>

«Investigação e desenvolvimento tecnológico — Convenção de subvenção celebrada no âmbito do Programa Quadro de Investigação e Inovação “Horizonte 2020” — Cobrança de um crédito — Reembolso fracionado — Exatidão material dos factos — Erro manifesto de apreciação — Dever de fundamentação — Confiança legítima — Direito de ser ouvido — Proporcionalidade»

1. *Recurso de anulação — Fundamentos — Falta de fundamentação ou fundamentação insuficiente — Fundamento distinto daquele que tem por objeto a legalidade quanto ao mérito*

(Artigo 296.º TFUE)

(cf. n.º 35)

2. *Orçamento da União Europeia — Regulamento Financeiro — Cobrança dos créditos da União sobre terceiros — Obtenção de um título executivo — Poder de apreciação da Comissão*

[Artigo 299.º TFUE; Regulamento 2018/1046 do Parlamento Europeu e do Conselho, artigos 98.º, n.º 4, alínea f), 103.º, n.º 2, e 104.º]

(cf. n.ºs 43, 44 e 57)

3. *Orçamento da União Europeia — Regulamento Financeiro — Cobrança dos créditos da União — Prazos suplementares de pagamento — Requisitos — Constituição de uma garantia bancária — Derrogação — Requisitos*

(Regulamento 2018/1046 do Parlamento Europeu e do Conselho, artigo 104.º)

(cf. n.ºs 45-48, 54 e 55)

<sup>1</sup> JO C 109, de 7.3.2022.

4. *Atos das instituições — Fundamentação — Dever — Alcance — Apreciação do dever de fundamentação em função das circunstâncias do caso concreto — Necessidade de especificar todos os elementos de facto e de direito pertinentes — Inexistência*  
(Artigo 296.º TFUE)  
(cf. n.ºs 61-64 e 72)
5. *Direito da União — Princípios — Proteção da confiança legítima — Requisitos — Garantias precisas fornecidas pela Administração*  
(cf. n.ºs 77-79, 81 e 82)
6. *Direitos fundamentais — Carta dos Direitos Fundamentais — Direito a uma boa administração — Direito a ser ouvido — Alcance*  
(Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, artigo 41.º, n.º 2)  
(cf. n.ºs 90, 93 e 96-98)
7. *Direito da União Europeia — Princípios — Proporcionalidade — Alcance*  
(cf. n.ºs 111, 112, 124 e 127)

## **Dispositivo**

- 1) É negado provimento ao recurso.
- 2) A Compagnie industrielle de la matière végétale (CIMV) é condenada nas despesas.